**ACORDOINDIVIDUAL - COVID 19 -MP 936/2020**

**- DA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO-**

EMPREGADORA:X\*\*\*\*, estabelecida naRua \*\*\*\*\*, Bairro \*\*\*\*\*\*\*, Cidade \*\*\*\*\*\*\*\*/UF, CEP\*\*\*\*, inscrita no CNPJ sob o nº \*\*\*\*,e

EMPREGADO: **FULANO**\*\*\*, \*\*\*brasileiro, \*\*\*estado civil, portador do RG n.º\*\*\*, inscrito no CPF sob o nº \*\*\*, portador da CTPS nº \*\*\*/Série \*\*\*\*, PIS nº \*\*\*, residente e domiciliado na Rua \*\*\*\*\*, Bairro \*\*\*\*\*\*\*, Cidade \*\*\*\*\*\*\*\*/UF, CEP\*\*\*\*.

O **estado de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)**foi reconhecido pelo DecretoLegislativo nº 6, de 20 de março de 2020. E em razão da emergência desaúde pública de importância internacional o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020.

Durante o estado de calamidade pública o empregado e oempregador celebram o presente acordo individual escrito, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais.

As partes acima qualificadas, pelo presente instrumento e nos termos do artigo 468 da CLT, vêm por mútuo acordo promover as seguintes alterações contratuais visando garantir a saúde do empregado e da coletividade em razão da pandemia enfrentada pelo país.

**DA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO**

Durante o estado de calamidade pública, as partes pactuaram por \*\*\*\* (até noventa)dias a redução da jornada de trabalho e de salário em \*\*\*\*\* (25, 50 ou 70) por cento.

**(TRANSCREVER A NOVA JORNADA E NOVO SALÁRIO)**

O presente acordo passa a vigorar a partir de \*\*\*\*\* (no mínimo dois dias depois da assinatura) e encerrará no dia \*\*\*\*oudois dias após a cessação do estado de calamidade, o que ocorrer primeiro.

O empregador poderá antecipar o fim da redução aqui pactuada, bastando comunicar o empregado de sua decisão. Nessa hipótese o reestabelecimento da jornada e salário se dará após o prazo de dois dias.

Aditivamente à remuneração aqui pactuada entre as partes, enquanto durar a redução a União custeará o benefício emergencial de preservação do emprego e renda, nos termos da MP nº 936, de 1º de abril de 2020.Para tanto, o empregador se compromete a informaros termos do presente acordoao Ministério da Economia no prazo de dez dias da assinatura, sob pena de ficar responsável pelo salário integral.

Em contrapartida, o empregador se compromete a manter o emprego pelo prazo da redução e por período equivalente ao acordado após o reestabelecimento da jornada de trabalho e de salário, exceto por justa causa ou a pedido do empregado.

E assim, plenamente de acordo, firmam o presente Aditivo ao Contrato de Trabalho, que passa a fazer parte integrante e dissociável do contrato individual de trabalho previamente pactuado, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Tendo assim contratado, assinam o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas abaixo.

Local\*\*\*\*/SP, 8 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**\*\*\*\*\*EMPRESA \*\*\*\*.**  \*\*\* **EMPREGADO \*\*\***

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. **2 -**

**CPF: CPF:**